

06 AGO 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Toffoli adia discussão de norma do CNJ para uso de redes sociais

Texto que regulamenta postura de magistrados em plataformas iria a votação hoje; entidades são contra resolução

*Amanda Pupo*  
*Rafael Moraes Moura*  
BRASÍLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Dias Toffoli, disse ao *Estadão/Broadcast* que decidiu adiar a discussão de uma resolução do conselho que regulamenta o uso de redes sociais para magistrados e recomenda que juízes não adiantem o resultado de decisões ou atendam pedidos formulados por meios virtuais não institucionais.

O texto começou a ser discutido no fim de junho e já tem dois votos favoráveis. A previsão inicial era de que a votação fosse retomada hoje, mas houve uma forte reação das principais associações nacionais de magistrados, que atuaram na última semana para frear a análise do texto. Os presidentes das associações dos Magistrados Brasileiros (AMB), dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) estiveram na semana passada com Toffoli para tratar do assunto.

A princípio, as associações são contrárias a qualquer nova regulamentação sobre o tema, por entenderem que a Constituição e Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) já delimitam o que um juiz pode ou não pode fazer em termos de manifestação pública. As entidades temem que as novas regras restrinjam a liberdade de expressão dos juízes.

A resolução também detalha uma série de vedações no uso público das redes sociais, como

### • Estudo

A resolução é resultado de um grupo de trabalho criado em maio no CNJ e coordenado pelo conselheiro e ministro Aloysio Corrêa da Veiga. "O juiz não é um cidadão comum", afirmou.

proibir que o juiz critique decisões de outros membros do Judiciário na internet.

O projeto de regulamentação define como rede social todos os sites, plataformas e aplicativos voltados à interação social, seja a comunicação feita em grupo público ou privado.

O timing da discussão divide conselheiros do CNJ ouvidos pela reportagem. Um deles acredita que o atraso pode ajudar no debate com as associações, enquanto outro integrante avalia que o tema é "candente" e que a questão precisa ser resolvida o quanto antes.

As novas regras estão sendo discutidas em um contexto de vazamento de supostas mensagens trocadas entre procuradores da força-tarefa da Lava Jato e o ex-juiz Sérgio Moro, hoje Ministro da Justiça e Segurança Pública. Apesar de não reconhecer a autenticidade das mensagens divulgadas em diversos meios de comunicação, Moro já afirmou não ver ilicitude nos diálogos e, ao *Estado*, disse ser preciso entender que aplicativo de mensagens "aceleram a comunicação".

**Eleições.** Esta não é a primeira vez que as entidades e o CNJ antagonizam debate sobre o uso das redes sociais pelos magistrados. No ano passado, ainda na gestão da ministra Cármen Lúcia, o CNJ publicou um documento com regras sobre o uso do e-mail institucional pelos membros e servidores do Poder Judiciário, e sobre manifestação nas redes sociais.

Assinado pelo então corregedor Nacional da Justiça, ministro João Otávio de Noronha, a regulação foi chamada de "Provimento da Mordaza" por juízes e foi questionada na Supremo. Até o momento, no entanto, ela continua em vigor, após o ministro Luís Roberto Barroso negar a liminar que pedia pela sua suspensão.

# O ESTADO DE S. PAULO

## COLUNA DO ESTADÃO

## 06 AGO 2019

### Lava Jato do Rio ganha pontos dentro da PGR

**N**a contramão do crescente desgaste da força-tarefa da Lava Jato em Curitiba, a sensação na cúpula da PGR é de que o braço da operação do Rio de Janeiro tem tudo para continuar brilhando por estar mais alinhado ao modo de atuar de Raquel Dodge: discreta e cirúrgica nos embates, exatamente o aposto de Deltan Dallagnol. Segundo o entendimento de boa parte dos procuradores federais, o coordenador da Lava Jato curitibana pecou pela vaidade e deverá sofrer alguma punição, muito provavelmente por causa das palestras remuneradas.

● **Lado bom.** O braço fluminense da Lava Jato frequenta menos as manchetes negativas, não propôs a criação de um fundo e, ainda assim, botou na cadeia muitos políticos graúdos. Aliás, foi o único do País a prender um governador em exercício, Luiz Fernando Pezão.

● **Descapada.** A Lava Jato do Rio, contudo, foi contestada no meio jurídico pela prisão de Michel Temer. Instâncias superiores reconheceram a fragilidade da acusação e mandaram soltá-lo.

● **Para lembrar.** Dodge e a Lava Jato curitibana nunca estiveram em alinhamento. Os paranaenses apoiam Vladimir Aras para substituí-la na Procuradoria-Geral.

● **Perdeu 1.** Fevereiro foi o mês em que, disparado, a apreensão de bens de criminosos alcançou o maior valor em relação ao mesmo período de 2018: 4.200% (de R\$ 8,27 milhões em 2018 para R\$ 356 milhões).

● **Perdeu 2.** Segundo a Polícia Federal, nos primeiros sete meses deste ano, as apreensões ultrapassaram em quase R\$ 100 milhões as do ano passado inteiro.

### A ricos e aliados, tudo

O presidente Jair Bolsonaro confirma, dia sim, outro também, sua visão peculiar e sectária do que sejam direitos. Diz a Constituição que “todos são iguais perante a lei”. Dizem as democracias que os direitos e deveres são iguais para todos. Para Bolsonaro, não. No seu governo, como na sua fala, uns têm mais direitos do que outros: os ricos, donos do capital.

Num país campeão de desigualdade social, com milhões de pessoas sem direito a emprego, educação, saúde, moradia, transporte, igualdades de condições e respeito, o presidente jamais usa a palavra “social” e está preocupado é com os direitos dos empresários, que chama de “heróis”: “É horrível ser patrão no Brasil”, prega. Bem pior, presidente, é ser pobre.

Assim, Bolsonaro defende trabalho infantil, produz frases dúbias sobre trabalho escravo e estuda devolver terras desapropriadas. E corta, ops!, contingência verbas do Ministério do Desenvolvimento Social e da Educação.

Entre a proteção da Amazônia e a ganância de madeireiros ilegais, adivinhem quem ele defende? Em desacordo com a lei, impediu a destruição de caminhos que derrubavam árvores, criminosamente, na floresta.

Entre o direito ancestral dos índios e o desejo de “tarados” americanos de explorar minérios em terras indígenas, adivinhem o que ele prefere? E a ideia de liberar Angra dos Reis para empresários criarem “uma Cancún”?

Entre o Coaf, que identifica movimentações financeiras atípicas, e o interesse do filho Flávio Bolsonaro, cujo gabinete no Rio foi um dos flagrados, adivinhem o que ele faz? O chefe do Coaf cai, o filho Flávio fica feliz da vida. Aliás, cadê o Queiroz?

---

#### Bolsonaro e os ‘direitos’ dos ricos e poderosos contra os ‘deveres’ de todo o resto

---

Sempre crítico à política, Bolsonaro se deu o direito de estar nela há 29 anos e garantir mandatos não só para Flávio, mas também para o “02”, Carlos, e o “03”, Eduardo. Por que será? Essa pergunta, que nunca quis calar, pode estar

sendo respondida pelo jornal *O Globo*, que identificou 286 assessores do clã nessas três décadas, 102 da família Bolsonaro ou de famílias amigas. Alguns receberam a média de R\$ 7,3 mil, ou R\$ 10,7 mil, durante 14, 15 anos, sem dar as caras no trabalho. Uma era oficialmente “do lar”, outra declarou-se “babá” na Justiça e vai por aí afora. Será que os salários não eram para elas? E qual o direito dos Bolsonaro de fazer isso?

Há também os cartões corporativos: a sociedade tem o direito de saber como são gastas as verbas oficiais, mas Bolsonaro mantém o “direito” de gastar sem dizer onde, para quê, com quem. E não é pouco dinheiro, não.

Quem, por ofício, checa diariamente a agenda do presidente sabe os que têm acesso a Bolsonaro e para quem ele está efetivamente governando. Ele vai a toda e qualquer solenidade militar, frequenta cultos e despacha com pastores evangélicos, leva ministros a estádios de futebol e abre as portas do gabinete a multinacionais, grandes empresários, ruralistas, políticos aliados, a “bancada da bala”. Aos aliados e ao capital, enfim.

Onde ficam as outras religiões, os ambientalistas, as comunidades LGBT, os professores, os defensores de direitos humanos, os cientistas, os cineastas, os escritores, os artistas, os intelectuais, os índios, os quilombolas, os especialistas em trânsito e em desarmamento? E os representantes de trabalhadores?

No mundo de Bolsonaro, o capital tem todos os direitos, o trabalho e as minorias só têm deveres. A uns, a defesa. Aos outros, a cobrança. Mais ou menos como no caso dos Estados: aos governadores aliados, tudo; aos nordestinos, as migalhas.

Entra aí o “direito” do jovem deputado Eduardo de ser embaixador na mais importante embaixada do planeta, a dos EUA. “Indicado tem de ser filho de alguém. Por que não meu?”, indagou papai Bolsonaro. O que responder, minha gente?!

06 AGO 2019

# BEM PARANÁ

## Por mês, 18 crianças desaparecem no PR

Sicride comemora 24 anos de atuação com todos os casos solucionados no primeiro semestre deste ano

### A cada mês, 18 crianças desaparecem no Paraná

Sicride diz ter resolvido todos os casos no 1º semestre

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas da Polícia Civil do Paraná recebeu 115 comunicados de desaparecimentos neste ano, o que resulta em uma média de 18 desaparecimentos por mês. Foram 13 ocorrências em Curitiba, 16 na Região Metropolitana e 86 no restante do Paraná. Os dados foram divulgados pelo órgão ontem. A maioria é de crianças com idade entre 9 a 11 anos, com 77 ocorrências, o equivalente a quase 67% do total registrado. Os dados apontam ainda que 66% dos desaparecimentos de 2019, ou seja, 76 casos, são de meninos.

A boa notícia é que o Sicride, que completa 24 anos, resolveu 100% dos casos do primeiro semestre deste ano solucionados. Desde que o Sicride passou a fazer o controle estatístico, em 1996, as taxas de elucidação de desaparecimentos de crianças sempre foi alta, acima de 98%. No ano passado, todos os 430 casos registrados foram solucionados. Segundo a delegada-chefe do serviço, Patrícia Paz, o alto índice de elucidação dos casos está diretamente relacionado

à rápida resposta da polícia. “Nossa delegacia é especializada. Temos policiais de plantão de 24h por dia. E todo boletim de ocorrência registrado no Paraná que envolva desaparecimento de crianças de até 12 anos vem imediatamente para o nosso sistema. Iniciamos as buscas, nossa resposta é muito ágil”, diz ela.

No auxílio às investigações, a delegacia também conta com o Projeto Progressão de Idade, trabalho que permite que os agentes e a população tenham uma ideia de como está a aparência atual da criança, mesmo que tenha se passado um longo período desde o desaparecimento. Para esse trabalho são recolhidas todas as fotografias da criança disponíveis, além de fotos dos pais em diversas idades. O perfil da cabeça da criança é estudado e, a partir daí, procura-se desenvolver a evolução até a data pretendida.

06 AGO 2019

# BEMPARANÁ

## Alep avalia reajuste parcelado também para demais poderes

Líder do governo defende mesmo modelo proposto para servidores do Executivo

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Hussein Bakri (PSD), defendeu hoje que os servidores dos demais poderes – Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas – também tenham reajuste salarial parcelado até 2022, a exemplo do proposto para os funcionários do Executivo. O projeto do governo para a data-base dos servidores do Executivo prevê o pagamento de reajuste de 2% em janeiro do ano que vem, 1,5% em janeiro de 2021 e mais 1,5% em janeiro de 2022. O pagamento dos dois últimos índices estão condicionados à disponibilidade de caixa do Estado.

O Tribunal de Justiça, Ministério Público e Tribunal de Contas encaminharam em julho à Assembleia proposta de reposição salarial para seus servidores de 4,94% - referente à inflação de maio de 2018 a abril de 2019 – com pagamento retroativo a maio deste ano, como prevê a data-base do funcionalismo estadual. Os servidores do Executivo – que estão com os salários congelados desde 2016, e acumulam perdas de 17% - reivindicavam o mesmo, mas o governo ale-



Bakri: “Mesma metodologia”

ga não ter condições financeiras de pagar a reposição integral da inflação no momento.

Diante do impasse, a Assembleia suspendeu a tramitação dos projetos de reajuste dos demais poderes. O presidente da Casa, deputado Ademir Traiano (PSDB), alegou que não colocaria os projetos desses poderes em votação enquanto não houvesse um acordo em relação aos servidores do Executivo.

“Eu pessoalmente defendo que os demais poderes desenvolvam a mesma metodologia. Que o repasse do aumento dos demais poderes seja igual. Afinal de contas, se para o funcionário (do Executivo) vai ser assim, acho que para os demais poderes de-

veria ser assim. Não é uma decisão que cabe a mim, mas pessoalmente sou a favor dessa metodologia”, disse Bakri hoje.

Segundo ele, uma reunião com os representantes do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos do Paraná (FES/PR) está marcada para amanhã, na Casa Civil do Palácio Iguaçu. De acordo com Bakri, apesar da primeira parcela do reajuste só estar prevista para ser paga em janeiro do ano que vem, a ideia é votar o projeto rapidamente. “Como o reflexo vai se dar apenas no início do ano que vem, o primeiro pagamento da data-base é em janeiro, não temos pressa. Mas não pode passar de semana que vem”, afirmou.

**Autonomia** - Legalmente, os demais poderes têm autonomia financeira para implantar os reajustes de seus servidores. Ao contrário dos funcionários do Executivo, os servidores do Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas receberam, nos três anos anteriores, a reposição da inflação. No ano passado, a governadora Cida Borghetti (PP) chegou a vetar o reajuste de 2,76% para os funcionários dos demais poderes, mas o veto foi derrubado pelos deputados.

06 AGO 2019

# BEMPARANÁ

## Caso Daniel tem julgamento no STF e nova rodada de depoimentos

O caso do assassinato do jogador de futebol, Daniel Corrêa Freitas terá dois capítulos importantes no mês de agosto. Hoje, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), deve julgar o habeas corpus de Allana Brittes, 18 anos, uma das sete pessoas acusadas de participar da morte do jogador Daniel. Já a partir do dia 13 de agosto, na 1ª Vara Criminal de São José dos Pinhais, os sete acusados do crime prestarão depoimentos. Na oportunidade, serão ouvidos Edison Luiz Brittes Junior, que confessou o crime, Eduardo Henrique Ribeiro da Silva, Ygor King, David Willian Vollero da Silva, Allana Brittes, Cristiana Rodrigues Brittes e Evellyn Brisola Perusso.

O pedido de Allana, presa desde o dia 1 de novembro, foi incluído na pauta do STJ pelo ministro Sebastião Reis Júnior, que negou habeas-corpus de forma monocrática em março. A defesa da jovem alega que ela não representa risco para as investigações, e que as testemunhas não apontaram qualquer ato de Allana durante a morte do jogador.

Já foram ouvidas pela Justiça as testemunhas de acusação e defesa em fevereiro e em abril deste ano. Prestaram depoimento pessoas que estavam na festa de aniversário de Allana Brittes, na véspera do crime, e familiares do jogador e dos acusados. Ao todo, são 77 testemunhas arroladas no caso.

O corpo de Daniel foi encontra-

do na zona rural de São José dos Pinhais na manhã de 27 de outubro de 2018. Ele apresentava degola parcial e estava com o pênis decepado. As investigações apontaram que o jovem foi assassinado após uma confusão na casa da família Brittes.

### Entrevista

A principal testemunha do caso que investiga a morte do jogador de futebol Daniel Correia Freitas, Lucas Stumpf, conhecido como Lucas Mineiro, deu entrevista exclusiva ontem para o RPC TV. Ele afirmou que viu o assassino confesso Edison Brittes enforcando o jogador em cima da cama da esposa Cristiana Brittes e que ela pedia por socorro. Lucas foi o primeiro a falar com a polícia um dia depois do crime, em 27 de outubro de 2018, e já prestou depoimento à polícia. Ele participou da festa de aniversário de Allana Brittes, 19 anos, na Shed, e seguiu para a casa da família, em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, para continuar a festa.

Segundo Lucas, em entrevista à RPC, ele pediu que Brittes parasse mas foi ameaçado. “Eu cheguei e falei pro Edison, ‘para, para’ e ele, ‘sai fora, senão você é o próximo’ e eu digo pra Alana, ‘pe-lo amor de Deus, não deixa teu pai chegar perto de mim’, e ela, ‘não chega perto do meu pai então, fica longe dele’”.

06 AGO 2019

# BEMPARANÁ

## Palocci passa a cumprir pena no regime aberto

Uma decisão do juiz federal Danilo Pereira Júnior, da 12ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba, deu ao ex-ministro Antonio Palocci a progressão de pena para o regime aberto. A decisão saiu na noite de ontem e passa a valer a partir de hoje.

Segundo a decisão, o ex-ministro atingiu o cumprimento necessário de pena para a progressão. Ele poderá sair de casa, mas precisará ficar recolhido entre 20h e 7h, em dias de semana, e das 20h de sábado até as 7 horas de segunda-feira, aos fins de semana.

O ex-ministro foi condenado na Operação Lava Jato em junho de 2017, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro. Em primeira instância, a pena era de 12 anos e 2 meses, mas o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) reduziu para 9 anos e 10 dias.

No regime aberto, Palocci continuará usando tornozeleira eletrônica. O ex-ministro está preso desde setembro de 2016. Em novembro de 2018, o ex-ministro deixou a cadeia em Curitiba e passou a cumprir pena em regime semiaberto em São Paulo.

## Bloqueio

A Justiça determinou o bloqueio de bens de R\$ 5 milhões de um ex-vereador de Pinhais (região metropolitana de Curitiba), um advogado e sete ex-assessores parlamentares. A liminar atende ação civil pública por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público. O MP sustenta que o então agente político e os demais réus incorreram em diversas ilegalidades, como apropriação de parte dos vencimentos de servidores ("racha" de salário), recebimento de diárias indevidas (sem a participação em eventos) e funcionário "fantasma", que implicaram em enriquecimento ilícito e desvio de dinheiro dos cofres municipais.

## Devolução

Os fatos chegaram ao conhecimento do Ministério Público via Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que recebeu notícias de apropriação de parte do salário dos servidores pelo ex-vereador. Se forem condenados por improbidade, os réus estão sujeitos a sanções como a devolução dos valores recebidos indevidamente ao erário, suspensão dos direitos políticos e multa. No total, os bens foram indisponibilizados em R\$ 5.069.293,16. Só o ex-vereador teve o bloqueio estipulado em R\$ 2.000.232,80.

06 AGO 2019

# FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro vincula escolha de novo procurador-geral a 2º escalão conservador

## Presidente quer mudança ideológica em postos de destaque na PGR e equipe sem elo com esquerda e defesa de minorias

Gustavo Uribe,  
Talita Fernandes e  
Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA Na tentativa de blindar medidas polêmicas de seu mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem vinculado a escolha para a sucessão de Raquel Dodge na Procuradoria-Geral da República ao aumento de um perfil conservador no segundo escalão do órgão.

No momento, o favorito para ser escolhido é o subprocurador-geral Augusto Aras, que já esteve ao menos quatro vezes reunido com o presidente.

Em conversas reservadas, Bolsonaro tem defendido que o escolhido para a função de procurador-geral deve promover uma mudança de caráter ideológico em postos de destaque que são nomeados por ele, como de corregedor-geral e de vice-procurador-geral eleitoral.

Manifestações recentes do Ministério Público Federal, como a defesa de que seja anulada a exoneração de peritos de órgão de combate à tortura e a recomendação para que militares se abstenham de comemorar o golpe de 1964, não agradaram ao presidente.

A ideia é afastar nomes que tenham vínculo com o ex-procurador-geral Rodrigo Janot, escolhido pela ex-presidente

Dilma Rousseff (PT), e que se identifiquem com pautas da esquerda, como as de proteção a grupos minoritários.

O presidente definiu, por exemplo, a necessidade de troca no comando da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que hoje tem à frente a subprocuradora Deborah Duprat. Ela foi indicada por Janot e mantida por Dodge, o que levou Bolsonaro a reavaliar a possibilidade de reconduzir a procuradora-geral.

Desde o início do ano, a estrutura vinculada ao Ministério Público Federal tem adotado posições que contrariaram o presidente, como a declaração de inconstitucionalidade em mudança na Lei de Acesso à Informação e nos decretos que ampliaram a posse e o porte de armas no país.

Em meio à divulgação de mensagens de integrantes da Operação Lava Jato, que foram duramente criticadas pelo presidente, a subprocuradora também defendeu que o combate à corrupção deve respeitar o marco legal e que o jornalismo não poderia ser censurado.

Com o enfraquecimento de Dodge, Bolsonaro está hoje, de acordo com assessores presidenciais, em dúvida na escolha entre Augusto Aras e Mário Bonsaglia.

Bolsonaro promete fazer a indicação até 17 de agosto, mas o nome pode ser anunciado ainda esta semana. O mandato de Dodge termina em 17 de setembro.

Aras, que tem perfil conservador e é considerado favorito, foi apresentado ao presidente pelo ex-deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF), que liderou no passado a bancada da bala e é amigo do presidente.

O subprocurador-geral ganhou a simpatia de Bolsonaro quando abriu diálogo com o governo federal para evitar que fosse suspensa a concessão da Ferrovia Norte-Sul, assinada na semana passada.

Na última sexta-feira (2), Bolsonaro se reuniu com Aras no Palácio do Alvorada, e, segundo relatos de presentes, disse ter um "alinhamento de conteúdo" e "uma crescente afinidade pessoal" com o subprocurador.

"Ele [Aras] é um bom nome que pensa no progresso e no desenvolvimento do país. E quer ajudar o Brasil a se desenvolver", disse Fraga à Folha.

**CONTINUA**

# FOLHA DE S. PAULO 06 AGO 2019

## CONTINUAÇÃO

Primeiro colocado na lista tríplice da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), Mário Bonsaglia tem também a simpatia de Bolsonaro e a sua indicação, na avaliação de assessores palacianos, pacificaria a relação do presidente com a categoria, que está insatisfeita com a possibilidade de ele escolher um nome de fora da eleição interna, como seria o caso de Aras.

O perfil independente de Bonsaglia, no entanto, tem gerado receio no Palácio do Planalto. A preocupação é de que, após ser indicado, o subprocurador adote postura crítica à administração federal, o que Bolsonaro tenta evitar.

Na semana passada, em conversas com conselheiros jurídicos, o presidente definiu o perfil que pretende indicar para o cargo.

Ele quer um subprocurador do Ministério Público Federal que não tenha vinculação com a esquerda ou com a defesa de minorias e que não adote postura de enfrentamento com o Poder Executivo.

A estratégia do presidente de blindar decisões polêmicas ao sugerir nomes conservadores também deve ser reproduzida por ele nas indicações para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Ele já anunciou que escolherá alguém "terrivelmente evangélico" para a próxima vaga aberta no Supremo, a ser aberta em novembro de 2020. A intenção de Bolsonaro é indicar o ministro da AGU (Advocacia-Geral da República), André Mendonça.

Ao longo de seu mandato, Bolsonaro terá mais uma vaga do STF para preencher, em julho de 2021.

Nos últimos meses, Bolsonaro demonstrou irritação com posicionamentos adotados por Dodge. Um deles foi o elogio feito pela procuradora-geral, em junho, no qual

ela exaltou as decisões de criminalização da homofobia e de suspensão da extinção de conselhos federais.

Em resposta, Bolsonaro criticou o STF e disse que o tribunal estava "legislado" ao entender que homofobia era crime no Brasil.

A divergência de pensamento entre Dodge e Bolsonaro é antiga. Em evento em comemoração ao aniversário da Constituição Federal, em 2018, ela exaltou como características da Carta Magna a "pluralidade étnica, de crenças e de opiniões" e "a equidade no tratamento e o respeito às minorias".

O discurso foi feito em cerimônia no Congresso ao lado de Bolsonaro, ainda na condição de presidente eleito.

## A disputa pela Procuradoria-Geral

<b>Candidatos</b>	<b>Mário Bonsaglia</b> 1º colocado na lista tríplice
	<b>Luiza Frischeisen</b> 2º colocada na lista tríplice
	<b>Blal Dalloul</b> 3º colocado na lista tríplice
	<b>Raquel Dodge</b> Atual procuradora-geral, tenta a recondução

### O que faz o PGR

É o chefe do Ministério Público da União (que inclui Ministério Público Federal, Ministério Público Militar, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Representa o MPF junto ao STF e ao STJ e tem atribuições administrativas ligadas às outras esferas do MPU

## Embates entre a Procuradoria dos Direitos dos Cidadãos e o governo

<b>Sigilo</b>	Procuradoria diz ser inconstitucional a mudança que permitiria mais funcionários públicos pudessem classificar dados como sigilosos
<b>Educação</b>	Procuradoria pede esclarecimentos ao MEC por orientação de filmar crianças em escolas e ler carta com o slogan da campanha de Bolsonaro
<b>Golpe</b>	Procuradoria recomenda que militares se abstenham de comemorar o golpe de 1964. Medida veio após Bolsonaro falar em comemorações
<b>Mensagens da Lava Jato</b>	Em meio à divulgação das mensagens de Sergio Moro e procuradores da Lava Jato, obtidas pelo site The Intercept Brasil, Procuradoria divulga nota afirmando que combate à corrupção deve respeitar o marco legal e que jornalista não pode ser censurado

06 AGO 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Comissão esvaziada

Ainda em meio aos ecos de um assomo de destempero verbal por parte do presidente Jair Bolsonaro (PSL), publicou-se no Diário Oficial a troca de 4 dos 7 integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Segundo o mandatário, o motivo da mudança, que confere ao colegiado um perfil mais conservador e simpático ao regime militar, foi o fato de que se elegeu no país um governo de direita — “ponto final”.

A comissão remonta ao primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), quando foi aprovada a lei 9.140/95, que reconhecia a existência de mortos por agentes dos governos militares.

A legislação instituía a CEMDP, com o encargo de apurar os casos ocorridos até 1979. Posteriormente, ampliou-se o período para o ano simbólico de 1988, quando foi promulgada a atual Constituição.

Tais decisões representaram uma necessária resposta da redemocratização ao arbítrio de um regime que acobertou assassinatos de oponentes num contexto de repressão política e supressão de garantias constitucionais dos cidadãos.

Num país em que a anistia política, em nome da reconciliação, foi estendida a agentes do Estado, corria-se o risco de que um manto de silêncio terminasse por encobrir os desmandos autoritários.

A iniciativa do governo FHC deu caráter oficial a uma remição histórica que já se desenhava em projetos da sociedade civil, como o grupo Tortura Nunca Mais, organizado na década de 1980. Ligada ao atual Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a comissão lista em seu site 362 mortos e desaparecidos.

A reforma da entidade foi anunciada num momento conturbado, na sequência dos comentários insidiosos de Bolsonaro acerca do destino do pai do presidente da OAB, que desapareceu sob a guarda do regime na década de 1970.

Tanto o presidente quanto a ministra Damares Alves afirmaram, entretanto, que a mudança vinha sendo preparada havia meses, tratando-se a proximidade dos fatos de simples coincidência.

As características dos novos integrantes — ligados às Forças Armadas e ao partido do presidente — não permitem maior dúvida quanto ao intuito da reformulação. Impossibilitado de extinguir com uma canetada a CEMDP, criada por lei, o chefe do Executivo optou por desfigurá-la na prática.

São consideráveis as chances de o órgão, a exemplo de outros transformados pelo governo, tornar-se meramente decorativo. Perde o país com essa tentativa infeliz e retrógrada de revisionismo da história.

06 AGO 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## PF entrega ao STF cópia de inquérito que apura ataque hacker

BRASÍLIA A Polícia Federal entregou ao ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), a cópia da investigação sobre o ataque a contas de Telegram de autoridades.

O material foi enviado nesta segunda (5). A entrega foi determinada por Moraes na última quinta (1º).

O inquérito foi aberto no início de junho, após o ministro da Justiça, Sergio Moro, anunciar que havia sido vítima de uma invasão. Menos de dois meses depois, a PF deflagrou a Operação Spoofing, que prendeu quatro pessoas suspeitas de terem participado do ataque.

Um dos presos, Walter Delgatti confirmou em depoimento ter sido o autor do hackeamento e também ter sido o responsável por repassar o conteúdo capturado para o jornalista Glenn Greenwald, fundador do The Intercept Brasil.

Desde 9 de junho, o site vem divulgando reportagens com bastidores de conversas entre procuradores da Lava Jato e diálogos com Moro, que na época era juiz federal. As mensagens mostram, por exemplo, colaboração entre o então magistrado e o Ministério Público Federal.

Os quatro suspeitos estão presos preventivamente para não atrapalhar as investigações, segundo decisão do juiz Ricardo Leite, da 10ª Vara Federal do DF.

O Intercept informou, em junho, que obteve o material de uma fonte anônima, que pediu sigilo. O pacote inclui mensagens privadas e de grupos da força-tarefa da Operação Lava Jato em Curitiba, no aplicativo Telegram, a partir de 2015.

Outros veículos têm publicado reportagens baseadas nos diálogos, dentre eles a Folha.

As conversas revelam que Moro chegou a sugerir ao MPF trocar a ordem de fases da Lava Jato, deu conselhos e pistas e antecipou ao menos uma decisão judicial.

Segundo o Código de Processo Penal, "o juiz dar-se-á por suspeito, e, se não o fizer, poderá ser recusado por qualquer das partes" se "tiver aconselhado qualquer das partes".

Moro tem repetido que não reconhece a autenticidade das mensagens, mas que, se verdadeiras, não contém ilegalidades.

## MÔNICA BERGAMO

**ACELERA** O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a multa aplicada ao governador João Doria (PSDB) por ele usar o slogan "Acelera SP" quando era prefeito da capital paulista.

**BRECA** Em maio, a Justiça atendeu parcialmente a ação do Ministério Público e determinou que Doria pague 50 vezes o valor do salário que recebia na prefeitura (R\$ 24,1 mil). A defesa do governador agora vai apelar à segunda instância.

## PAINEL DO LEITOR

### Omissão de Moro

Se Sergio Moro doou para a caridade o que recebeu por uma palestra, é motivo para a Folha crucificá-lo ("Moro distorce reportagem ao justificar omissão de palestra remunerada como juiz", Poder, 4/8)? Isso não é jornalismo isento, é uma campanha odiosa que beira a difamação.

Luis Roberto B. Nunes Ferreira  
(Santos, SP)

Se fizer caridade pode descumprir regra? Parabéns pela doação, mas o registro também deve ser feito. Uma coisa não justifica a outra.

Leonardo Cristiano (São Paulo, SP)

Quem está contra Sergio Moro, a lei e a Justiça tem outros interesses inconfessáveis. É de se admirar que, em países estrangeiros com leis muito mais severas do que as nossas, também haja quem defenda o indefensável. Duvido que desvios bilionários fiquem impunes em algum país europeu, portanto tenham mais respeito aqui com quem cumpre a lei.

Melisa Chaves (Rio de Janeiro, RJ)

Talvez Sergio Moro tenha se esquecido de que é um homem público, sujeito a apurações sobre seus atos. Imprensa livre funciona assim em qualquer lugar onde haja democracia, isto é, um conjunto de leis que asseguram direitos e deveres de todo cidadão. O problema é que o ex-juiz, acuado com a publicação de diálogos privados em exercício de trabalho público, não admite críticas.

Roberto Oliveira Melo Filho  
(Salvador, BA)

06 AGO 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Neto do ex-presidente Figueiredo é preso nos EUA sob suspeita de corrupção

Fábio Fabrini

BRASÍLIA Autoridades americanas prenderam em Miami, na sexta-feira (2), o empresário Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, neto do general João Baptista Figueiredo, último presidente brasileiro na ditadura militar (1979-1985).

Alvo de um mandado de prisão preventiva expedido na Operação Circus Maximus, da Polícia Federal, ele é suspeito de integrar um suposto esquema de pagamento de propinas a dirigentes do BRB, banco controlado pelo governo do Distrito Federal, em troca de recursos para a construção do extinto Trump Hotel, no Rio de Janeiro —hoje, batizado de LSH Lifestyle.

O empresário era considerado foragido desde que a operação foi deflagrada, em janeiro. A prisão se deu porque ele foi incluído na lista de procurados da Interpol. A Folha confirmou a prisão com investigadores.

Paulo Renato se associou em 2013 ao presidente americano, Donald Trump, para explorar o hotel de luxo, na Barra da Tijuca. A Trump Or-

ganization —propriedade do presidente americano— ce-  
deu sua marca até 2016, mas se retirou do negócio depois que ele passou a ser investigado.

Segundo documentos, ao menos R\$ 16,5 milhões em subornos foram pagos a dirigentes do BRB para que liberassem recursos de fundos de pensão de estatais e de órgãos públicos, administrados pelo banco, e da própria instituição financeira para projetos que davam prejuízo e não tinham análise técnica adequada, entre eles o do hotel.

Os relatórios da operação sustentam que as propinas eram pagas por meio de entregas em dinheiro vivo.

De acordo com esses documentos, uma fornecedora da obra do hotel simulava a prestação de serviços e emitia notas fiscais frias com o objetivo de acobertar a saída de recursos para os pagamentos ilícitos.

A PF afirma que os sócios do empreendimento, entre eles Paulo Renato, sabiam do esquema e enriqueceram indevidamente com ele.

A Folha não conseguiu localizar representantes da defesa de Paulo Renato.

# 120 cidades do país concentram metade dos homicídios

Atlas da Violência aponta que 32.801 mortes violentas de 2017 ocorreram em 2,1% dos municípios brasileiros

Fernanda Mena  
e Thaiza Pauluze

SÃO PAULO O Brasil é recordista mundial em violência letal. Ainda que os dados de homicídio sejam desafiantes, parecem menos intransponíveis à luz das informações apresentadas nesta segunda-feira (5) pelo Atlas da Violência 2019 - Retratos dos Municípios.

Apenas 2,1% dos municípios brasileiros concentraram 50% dos 65.602 homicídios ocorridos no país em 2017, segundo o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Isso quer dizer que 32.801 mortes ocorridas naquele ano se aglomeraram em 120 cidades do país. O Brasil tem, ao todo, 5.570 municípios.

“O Brasil concentra 14% dos homicídios do planeta, e acabar com a nossa violência pode parecer algo inviável”, avalia o economista Daniel Cerqueira, coordenador do Atlas.

“Mas, quando os focos da violência letal são identificados, fica claro que o desafio depende de uma política pública focalizada, instruída pela inteligência.”

Cerqueira cita um estudo prévio em que análise dos municípios mais violentos do país demonstrou que metade dos homicídios ocorridos ali estavam concentrados em menos de 10% dos bairros das cidades.

“

No lugar de querermos mudar o Brasil de uma hora para a outra, é possível mudar uma rua ou um bairro, e isso terá impacto direto nas taxas de homicídio, utilizando recursos escassos de forma mais efetiva

Daniel Cerqueira  
economista e pesquisador do Ipea

“Com isso, a gente não deveria falar em municípios mais violentos, mas em locais com meia dúzia de bairros violentos”, explica ele.

Um exemplo é Luziânia, cidade goiana listada entre as com mais mortes. Segundo Arthur Trindade Maranhão, professor da UnB (Universidade de Brasília), “quatro bairros concentram metade dos homicídios de Luziânia. Só Jardim Ingá tem 35% dos casos”.

Para Cerqueira, isso quer dizer que, “no lugar de querermos mudar o Brasil de uma hora para a outra, é possível mudar uma rua ou um bairro, e isso terá impacto direto nas taxas de homicídio, utilizando recursos escassos de forma mais efetiva”.

Segundo Melina Risso, diretora de programas do Instituto Igarapé, é preciso georreferenciar essas mortes para criar políticas territorializadas.

Para Cerqueira, uma boa política de redução da violência letal tem de articular a prevenção social com foco no jovem com uma política de repressão qualificada, “em que não se coloca Exército na rua, nem se dá tiro na cabecinha”, em alusão a declaração do governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

“A segurança pública tem sido moeda de troca no mercado eleitoral. O medo é manipulado para ganhar votos, o que não leva à produção de segurança efetiva”, afirma ele.

A cidade mais violenta do Brasil em 2017 foi Maracanaú (CE) com 145,7 homicídios por 100 mil habitantes. No ano do estudo, 308 pessoas foram assassinadas na cidade da região metropolitana de Fortaleza.

Trata-se de uma tendência. De acordo com Trindade, da UnB, os homicídios têm se concentrado nas regiões metropolitanas das capitais.

A segunda colocada na lista das municípios com mais mortes é Altamira (PA), com taxa de 133,7 mortes a cada 100 mil habitantes. Foi lá que 62 detentos foram assassinados na semana passada, durante e após uma rebelião em presídio local.

CONTINUA

Em terceiro lugar vem São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte, que registrou no ano retrasado uma taxa de 131,2 homicídios por 100 mil habitantes.

Das 20 cidades mais violentas do Brasil, 18 estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo o Ipea, as cidades mais violentas, em geral, têm também números piores no acesso a educação, desenvolvimento infantil e mercado de trabalho, enquanto as menos violentas têm indicadores parecidos com os de países desenvolvidos.

“Isso se deve à soma da ausência de políticas públicas para uma grande população jovem com as dinâmicas próprias do crime organizado”, analisa o sociólogo Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As cidades mais violentas têm, em média, 60% da taxa de atendimento escolar das menos violentas, e o percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudavam nem trabalhavam era quatro vezes maior naquelas com mais violência letal.

Com o objetivo de criar uma política focada nessas cidades, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, anunciou em maio deste ano cinco municípios brasileiros que receberiam um projeto-piloto do governo federal.

Mesmo sem metas, a iniciativa pretende reduzir homicídios em Cariacica (ES), Ananindeua (PA), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Goiânia (GO), todas integrantes da lista das mais violentas do país. Elas devem receber ações integradas entre as polícias aliadas a programas sociais.

O projeto, previsto para o segundo semestre, ainda não saiu do papel.

O Atlas apontou ainda que, enquanto as cidades com mais de 500 mil habitantes tiveram uma redução de 4,5% na taxa de homicídio nos últimos 20 anos, os municípios pequenos, com menos de 100 mil habitantes, observaram um aumento de 113% na violência letal no mesmo período.

### **Só 12 estados sabem quantos homicídios foram esclarecidos**

SÃO PAULO Menos da metade dos estados do país produz dados sobre a resolução de homicídios, de acordo com relatório divulgado nesta segunda (5) pelo Instituto Sou da Paz.

A organização requisitou aos Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça dos 27 estados informações sobre homicídios dolosos que geraram denúncias criminais no ano de registro ou no ano seguinte.

Apenas 12 forneceram dados que permitiram o cálculo do percentual de mortes violentas esclarecidas.

O Pará, na lanterna da lista, esclareceu 10,3% dos homicídios de 2016, seguido por Piauí (23,6%), Acre (27,5%), Paraná (31%) e Amapá (35,7%).

No topo da lista estão Mato Grosso do Sul (73,2%), Santa Catarina (69,5%), Rio Grande do Sul (58,4%), São Paulo (50,8%) e Mato Grosso (43,9%).

“A falta de dados confirma que o acompanhamento do trabalho investigativo das polícias não tem sido realizado de forma consistente e transparente”, diz Stephanie Morin, responsável pelo estudo.

Segundo ela, a impunidade acaba reforçando ciclos de violência e abalando a confiança das pessoas nas leis.

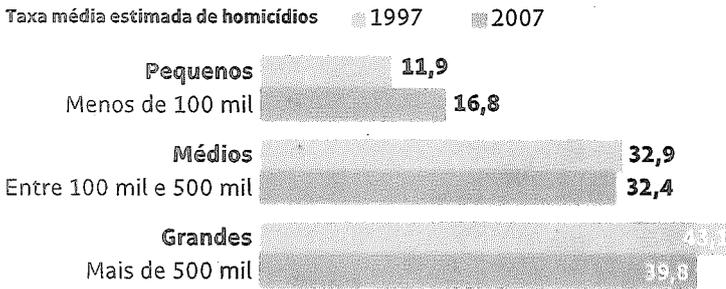
## CONTINUA

06 AGO 2019

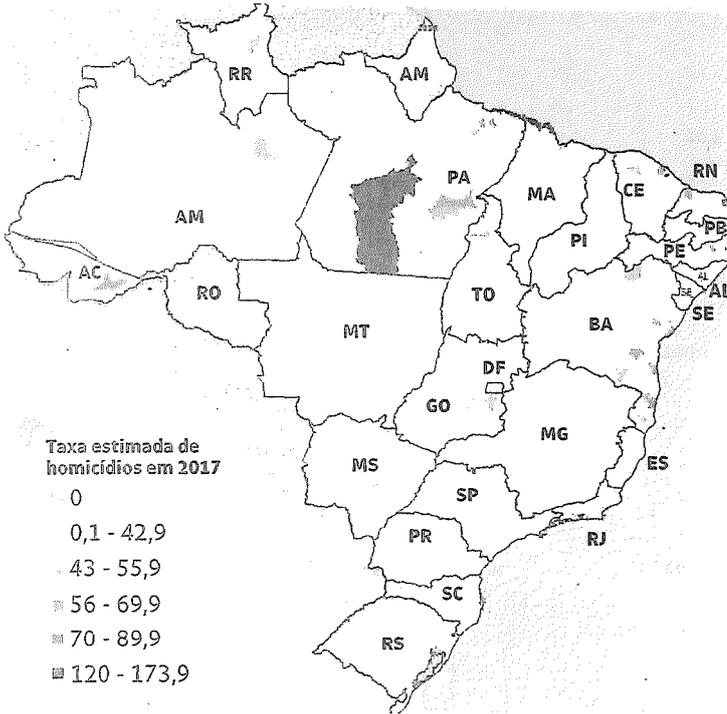
# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Municípios menores tiveram crescimento de homicídios

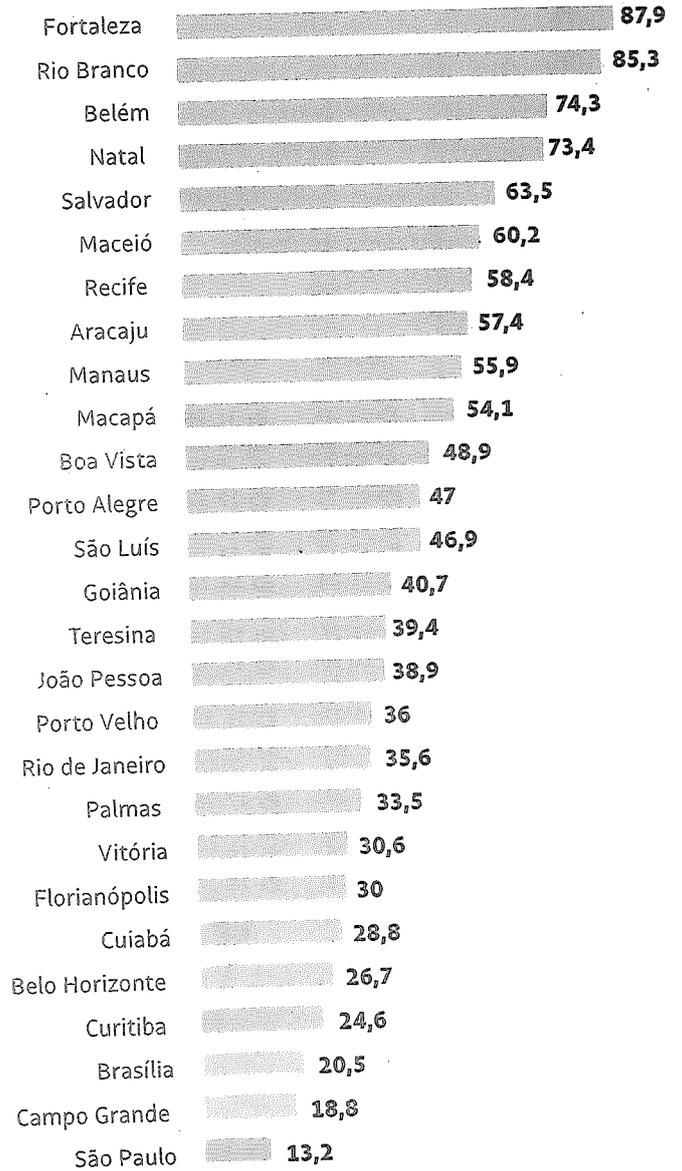


120 cidades concentram 50% dos homicídios no país



Sul e Nordeste têm capitais mais violentas do país

Taxa estimada de homicídios a cada 100 mil habitantes, em 2007



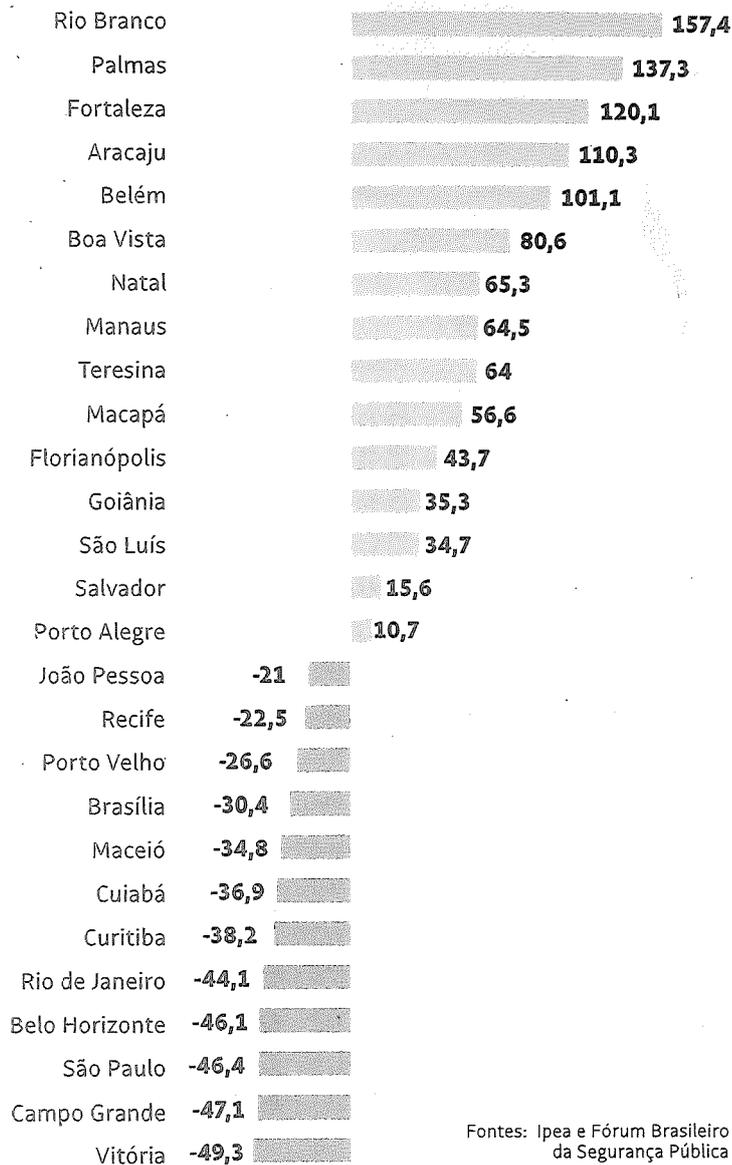
CONTINUA

06 AGO 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Variação de taxa estimada de homicídios, entre 1997 e 2007, em %



Fontes: Ipea e Fórum Brasileiro da Segurança Pública

## Testemunha diz que viu Brittes enforcando Daniel

Considerado uma das principais testemunhas na investigação da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, Lucas Stumpf, conhecido como Lucas Mineiro, afirmou, em entrevista, que viu o empresário Edison Brittes Júnior enforcando o ex-atleta do Botafogo e do São Paulo. Brittes é réu confesso do caso e está preso.

“No momento em que eu olhei pela janela, eu vi ele (Daniel) na cama sendo enforcado. Eu vi o Edison enforcando ele em cima da cama, batendo em cima da cama”, afirmou Stumpf à RPC, emissora afiliada à Rede Globo no Paraná. “Ele (Daniel) estava de cueca e camiseta.”

O crime aconteceu no

Lucas Stumpf foi o primeiro a prestar depoimento à polícia



dia 27 de outubro, em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba. Daniel foi encontrado morto em um mata-gal na zona rural da cidade, parcialmente degolado e com o pênis cortado.

Segundo a reportagem da TV, Stumpf já prestou depoimento à Justiça e foi

a primeira pessoa a denunciar o caso à polícia. Ele estava na comemoração do aniversário de 18 anos de Allana Brites, filha de Brittes, em uma casa noturna de Curitiba, e foi um dos convidados para a continuidade da festa na residência da família. ■

## METRO

### Caso Daniel. Testemunha diz que foi ameaçada

Uma das testemunhas da morte do jogador Daniel Corrêa Freitas, Lucas Stumpf, decidiu quebrar o silêncio. Em entrevista à RPC TV, de Curitiba, Mineiro, como é conhecido, disse que viu o empresário Edison Brittes, assassino confesso de Daniel, enforcando o jogador em cima da cama. Ele disse ainda que vem sendo ameaçado e que se mudou para outro estado.

O advogado de Brittes, Cláudio Dalledone Júnior, negou as ameaças. O Metro Jornal tentou ontem contato com o advogado de Stumpf, Airton Jacob Graton, mas não foi possível localizá-lo. Daniel foi morto no dia 27 de outubro do ano passado. Brittes alegou que ele tentou estuprar sua mulher. Sete pessoas respondem pelo crime.

06 AGO 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Justiça autoriza Palocci a passar ao regime aberto

A Justiça Federal em Curitiba autorizou ontem o ex-ministro Antonio Palocci a progredir ao regime aberto da condenação a nove anos de prisão em um dos processos da Operação Lava Jato. Desde novembro do ano passado, Palocci cumpre a condenação em regime semiaberto com monitoramento por tornozeleira eletrônica.

De acordo com a decisão do juiz federal Danilo Pereira Júnior, o ex-ministro já cumpriu os requisitos temporais para progressão da pena, conforme previsto na legislação penal. Pelas condições



Palocci teve direito ao benefício após delação premiada

do regime, Palocci deverá permanecer em casa todas as noites. Ele também está proibido de sair de sua cidade sem autori-

zação da Justiça. Palocci teve direito aos benefícios após um acordo de delação premiada com a Polícia Federal (PF). ■

## Sicride soluciona todos os casos de 2019

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), da Polícia Civil do Paraná completa 24 anos com 100% dos casos do primeiro semestre deste ano solucionados. Nesse período, foram comunicados 115 desaparecimentos no Estado - 13 em Curitiba, 16 na Região Metropolitana e 86 no restante do Paraná. Os dados foram divulgados ontem pelo órgão.

Desde que o Sicride passou a fazer o controle

estatístico, em 1996, as taxas de elucidação de desaparecimentos de crianças sempre foi alta, acima de 98%. No ano passado, todos os 430 casos registrados foram solucionados. A maioria dos desaparecimentos é de crianças com idade entre nove e 11 anos, com 77 ocorrências neste ano, o equivalente a quase 67% do total registrado. Os dados apontam ainda que 66% dos desaparecimentos de 2019, ou seja, 76 casos, são de meninos. ■

# **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

## **Ministro Luiz Fux**

### **determina preservação**

### **de provas em inquérito**

### **sobre hackers**

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar, a ser referendada pelo Plenário, para determinar a preservação de provas já colhidas na Operação Spoofing e eventuais procedimentos correlatos. A decisão foi tomada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 605), ajuizada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Na ação, o partido argumenta que o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, teria informado que daria início ao descarte das mensagens apreendidas com os suspeitos de hackear aparelhos celulares de autoridades, presos no curso da operação. Sustenta que as provas são essenciais para o deslinde do caso, a fim de confirmar a autenticidade de mensagens publicadas com base nos arquivos do site Intercept Brasil. O partido afirma, ainda, que a destruição das provas impediria a Polícia Federal de cumprir sua incumbência constitucional de apurar as infrações penais, conforme prevê o parágrafo 1º do artigo 144 da Constituição Federal.

**06 AGO 2019**

06 AGO 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Homicídios crescem em cidades menores

## Atlas da Violência mostra que avanço foi maior em municípios com menos de 100 mil habitantes

Vitor Struck  
e Viviani Costa

Reportagem Local

O aumento no número de homicídios em cidades pequenas e médias, as disparidades socioeconômicas e a falta de ações integradas do poder público estão entre os pontos abordados pelo Atlas da Violência - Retrato dos Municípios Brasileiros 2019. A pesquisa realizada pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, analisou mais detalhadamente índices de 310 municípios com mais de 100 mil habitantes no ano de 2017.

Em geral, cidades com mais de 500 mil habitantes apresentaram queda de 4,5% na taxa média estimada de homicídios. O índice diminuiu de 43,1 (em 1997) para 41,1 (em 2017). Já entre os municípios com menos de 100 mil habitantes (alvos de análises anteriores feitas pelos pesquisadores), houve um aumento estimado de 113% na taxa média de mortes entre 1997 e 2017. Nesse período, o índice saltou de 11,9 para 25,4. Nos municípios que tinham entre 100 mil e 500 mil habitantes, a taxa subiu 12,5% nesses 20 anos, passando de 32,9 para 37,1. As taxas médias são referentes a grupos de cada 100 mil habitantes.

“Antes o problema da violência era maior nas grandes regiões metropolitanas do Brasil. Só que a década de 2000 foi uma década em que houve crescimento acentuado da renda em todas as cidades brasileiras, em maior ou menor magnitude. O dinheiro passou a circular nesses municípios menores. Além das coisas boas que a economia de mercado pode propiciar, isso atrai eventualmente algumas coisas ruins como o mercado de ilícitos de drogas”, destacou o coordenador do estudo e pesquisador do Ipea, Daniel Cerqueira.

De acordo com o estudo, Londrina possuía a 14ª maior taxa de homicídios dentre as 20 cidades paranaenses com mais de 100 mil habitantes, com 24,4 homicídios. A maior foi registrada em Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba): 64,5. “No Paraná, há municípios com aumento da violência sobretudo numa linha que passa na fronteira com Mato Grosso do Sul e o Paraguai. Assim como nós temos um problema no Norte do País com a rota de cocaína para chegar até o Nordeste e ser exportada para a Europa e África, outra rota muito forte e tradicional de entrada de drogas no Brasil é pelo Paraguai por meio do Mato Grosso do Sul e Paraná para chegar ao porto de Santos ou Paranaguá”, detalhou o coordenador do levantamento.

De acordo com o delegado-chefe da 10ª Subdivisão Policial, Osmir Ferreira Neves, foram cometidos 90 homicídios em 2017 em Londrina, 42 a menos do que aponta o Ipea. Também de acordo com Neves, em 2018 foram cometidos 47 homicídios e neste ano, 29. “Hoje, posso afirmar que Londrina possui uma taxa de homicídios inferior a dez por grupo de 100 mil e estamos nessa condição desde 2018”, afirmou. “A maioria dos homicídios envolve pessoas com indicativos criminais, principalmente, no tráfico de drogas e disputas por pontos ilícitos de distribuição. Os casos passionais e feminicídios refletem uma minoria dos casos”, acrescentou.

A Secretaria Estadual da Segurança Pública e Administração Penitenciária informou que não iria se manifestar sobre dados referentes à gestão anterior. De acordo com a assessoria de comunicação da Sesp, um levantamento com o número de homicídios e demais características dos crimes cometidos nos primeiros seis meses de gestão deve ser divulgado ainda em agosto.

**CONTINUA**

## NORTE E NORDESTE

A violência avançou de forma significativa nas regiões Norte e Nordeste do País. As cidades de Maracanaú (CE), Altamira (PA) e São Gonçalo do Amarante (RN) foram apontadas pelo estudo como as mais violentas. Nesses locais, a taxa estimada de homicídios para cada 100 mil habitantes atingiu índices de 145,7; 133,7 e 131,2; respectivamente. O cálculo foi realizado considerando as mortes por agressão, o número de óbitos decorrentes de intervenção legal e ainda mortes violentas que não tiveram a causa esclarecida pelas autoridades. Os números foram obtidos junto aos indicadores do Ministério da Saúde.

Maracanaú possui, aproximadamente, 225 mil habitantes. Por lá foram registrados 308 homicídios. Outras 20 mortes que não faziam parte das estatísticas oficiais também foram consideradas. Em Altamira, cidade com 111 mil habitantes, foram registrados 149 homicídios. A terceira colocada no ranking entre as mais violentas, São Gonçalo do Amarante teve 126 mortes violentas registradas e outras sete consideradas ocultas nas estatísticas. O município possui 101 mil habitantes.

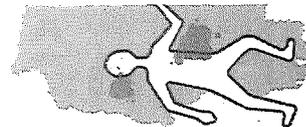
“Nas regiões Norte e Nordeste do País, a gente viu eclodir uma guerra entre as duas maiores facções criminosas no Brasil e, tendo em vista o momento da importância do mercado

de cocaína produzida sobretudo na Bolívia e no Peru já que a área total na Colômbia diminuiu, aumentou o valor desse mercado de cocaína passando pelas regiões Norte e Nordeste. Houve uma guerra muito intensa entre essas facções criminosas para o domínio de rotas de escoamento de drogas. Essas rotas passam por várias cidades pequenas e, por isso, teve um efeito bastante substancial”, explicou Cerqueira.

A lista geral das menos violentas é liderada pelo município de Jaú (SP), com taxa de homicídio de 2,7, seguido de Indaiatuba e Valinhos (SP). A capital paulista, que possui 12 milhões de habitantes, teve 1.011 homicídios registrados e 589 ocultos nas estatísticas. Por lá, a taxa de homicídio ficou em 13,2.

## SEGURANÇA PÚBLICA

**Londrina está em 14º no ranking paranaense de cidades mais violentas\***



MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	HOMICÍDIOS REGISTRADOS	HOMICÍDIOS OCULTOS**	TAXA DE HOMICÍDIOS/ 100 MIL HABITANTES
1º Piraquara	107.751	67	2	64,5
2º São José dos Pinhais	307.530	119	9	41,8
3º Almirante Tamandaré	115.364	43	5	41,6
4º Colombo	237.402	89	8	41,1
5º Pinhais	129.445	47	3	39
6º Paranaguá	152.975	64	4	37,9
7º Foz do Iguaçu	264.044	87	8	36
8º Araucária	137.452	39	5	32
9º Guarapuava	180.364	56	0	31
10º Campo Largo	127.309	34	1	27,9
11º Umuarama	109.955	30	0	27,7
12º Cascavel	319.608	82	4	27,1
* 13º Curitiba	1.908.359	448	22	24,6
14º Londrina	558.439	132	4	24,4
15º Ponta Grossa	344.332	64	3	20,9
16º Arapongas	118.477	13	0	16
17º Cambé	105.347	15	1	15,2
18º Toledo	135.538	18	0	13,3
19º Maringá	406.693	49	2	12,7
20º Apucarana	132.691	14	0	10,9

\*Entre os municípios com mais de 100 mil habitantes/\*\*Mortes violentas sem causa apurada

Fonte: Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Folha Arte

CONTINUA

06 AGO 2019

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## Abismo socioeconômico<sup>3</sup>

O pesquisador Daniel Cerqueira afirma ainda que as 20 cidades mais violentas do País apresentam um abismo socioeconômico em relação às 20 menos violentas. A proporção de jovens com idade entre 15 a 24 anos, por exemplo, que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza é cerca de 300% maior nos municípios mais violentos em comparação com os menos violentos do País.

De acordo com o Atlas da Violência, a taxa de desocupação de jovens entre 15 e 24 anos na Região Sul do País é de 6,7%, sendo 8,4% o índice paranaense. Já no Ceará o índice de desocupação atinge quase um quarto (24,9%) desta população. "A gente vive um momento da exploração política do medo e das falsas soluções de segurança pública. A gente sabe que, historicamente, isso nunca funcionou. Quando a gente analisa os dados socioeconômicos e cruza com os dados de homicídios, a gente vê uma clara relação e um abismo no desenvolvimento humano, o que mostra que política de segurança pública tem que passar não apenas por uma política de repressão qualificada e investigação, mas também por uma política que não vá a nos levar a enxugar gelo eternamente. É preciso passar por uma política social para evitar que a criança de hoje seja o criminoso de amanhã", finalizou.

Para o professor de Sociologia e do Mestrado em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUC-PR Cezar Bueno de Lima, há um equívoco histórico na forma com o Estado enfrenta o problema da violência. Defensor de políticas públicas de promoção social como fundamento e políticas repressivas como eventuais, Lima aponta que a desigualdade socioeconômica é um aspecto importante para o entendimento da criminalidade.

"Existe uma parcela da sociedade que entende, ao meu ver de maneira equivocada, que aumentando a violência, a prisão e a repressão, você pode pacificar a sociedade. Esta perspectiva é até compreensível, mas efetivamente não se mostra eficaz do ponto de vista da realidade histórica em nenhum país do continente", afirmou.

Paralelamente, Lima também aponta a urgência de se repensar a "guerra contra as drogas". "Você pensar as drogas não à luz da criminalização, da repressão e do controle, mas pensar que a sociedade exige uma nova forma de enfrentar esta questão através de políticas de saúde pública talvez possa ser o caminho para reduzirmos a violência, a qual as drogas respondem significativamente dos crimes, da violência e do sistema de encarceramento no País", apontou.

O tema da descriminalização da maconha, por exemplo, deve um dos mais polêmicos a entrar em pauta no Supremo Tribunal Federal ao lado do porte de armas para agentes educativos, prisão em segunda instância e a utilização dos dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) em investigações do Ministério Público. A expectativa é que a descriminalização da droga entre em pauta em novembro. Em 2015, os ministros do STF Luís Edson Fachin, Luiz Roberto Barroso e o relator da matéria, Gilmar Mendes, votaram a favor da descriminalização. (V.S. e V.C.)

06 AGO 2019

# FOLHA DE LONDRINA

## OPINIÃO DO LEITOR

### **Poderosos**

O povo brasileiro começa a entender que os poderes estão inchados. Legislativo, Judiciário e Executivo. O Legislativo, por exemplo, muito inchado e pouco resultado. Cada deputado federal e senador possui quantidade de assessores que se fossem pagos por produção, seria ótimo. Ou seja, receberiam, no máximo, um salário mínimo. Nas Assembleias Legislativas, os "cabides" tomam conta dos ambientes; assessores tropeçando em assessores. O Judiciário faria jus ao salário, se não houvesse os vergonhosos auxílios: (escola, aluguel, chofer particular, combustível e, demais mordomias) que chegam até 80% dos seus proventos. E finalmente o Executivo, que infelizmente, segue na mesma linha dos demais poderes, com raríssimas exceções. O que existe de obras inacabadas por esse Brasil é uma grandeza. E os autores desses malfeitos estão aí, sem qualquer tipo de represálias, se candidatando outras vezes, como se não houvesse nada de errado. E nós, os contribuintes, pagamos o pato. Sabe por quê? Porque temos cara de "pato".

**WILSON OLIVEIRA TRINDADE** (bacharel em direito) - Londrina